RIOMAR SHOPPING S.A.

CNPJ n.º 08.853.970/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e relatório do auditor independente.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	6.415	5.167	Fornecedores	32	39
Contas a receber (Nota 4)	31.257	35.266	Contas a pagar a empresa ligada (Nota 10)	535	491
Tributos a recuperar (Nota 12.4)	8.269	8.044	Tributos a pagar	1.606	1.334
Adiantamentos	-	2.085	Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 6(d))	20.398	43.312
Valores a restituir (Nota 12.2)	2.076	2.369	Mútuo com pessoas ligadas (Nota 10)	-	23.000
	48.017	52.931	Outros passivos	5	21
Não circulante				22.576	68.197
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Empréstimos a lojistas (Nota 12.2)	15.672	14.078	Tributos diferidos (Nota 9)	32.445	28.328
Depósitos judiciais	868	1.175	Provisão para contingências	367	576
	16.540	15.253		32.812	28.904
Propriedades para investimento (Nota 5)	531.657	557.349	Patrimônio líquido (Nota 6)		
	548.197	572.602	Capital social	420.492	420.492
			Reserva de lucros	120.334	107.940
				540.826	528.432
Total do ativo	596.214	625.533	Total do passivo e do patrimônio líquido	596.214	625.533

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Retenção	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	420.492	12.724	87.963	-	521.179
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.103	24.103
Constituição de reservas (Nota 6(b))	-	1.205	6.048	(7.253)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 6(d))	-	-	-	(16.850)	(16.850)
Em 31 de dezembro de 2020	420.492	13.929	94.011	-	528.432
Lucro líquido do exercício	-	-	-	37.758	37.758
Constituição de reservas (Nota 6(b))	-	1.888	10.506	(12.394)	
Juros sobre capital próprio (Nota 6(d))	-	-	-	(25.364)	(25.364)
Em 31 de dezembro de 2021	420.492	15.817	104.517	-	540.826

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Receitas líquidas (Nota 7)	109.375	81.377
Despesas administrativas		
Despesas gerais (Nota 8)	(43.341)	(22.248)
Depreciação	(27.522)	(27.471)
Reversão (constituição) de provisão para perdas estimadas de crédito	1.357	(1.184)
Reversão de provisão para contingências	209	7
Outras despesas	(928)	(1.294)
Lucro operacional	39.150	29.187
Receitas financeiras	5.136	2.736
Despesas financeiras		
Encargos de financiamentos	-	(3.014)
Outras despesas financeiras	(275)	(152)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.011	28.757
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	(4.117)	(4.109)
Contribuição social (Nota 9)	(572)	(151)
Imposto de renda (Nota 9)	(1.564)	(394)
Lucro líquido do exercício	37.758	24.103
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	420.492	420.492
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social no fim do exercício – R$	89,79	57,32

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	37.758	24.103
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	37.758	24.103

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.011	28.757
Ajustes de		
Depreciação (Nota 5)	30.059	29.997
Encargos de financiamentos	-	3.014
Baixa de adiantamentos	2.935	-
Constituição (reversão) de provisão para perdas estimadas de crédito	(1.357)	1.184
Reversão de provisão para contingências	(209)	(7)
Juros sobre tributos a recuperar, depósitos judiciais e empréstimos a lojistas	(1.965)	(2.097)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	5.366	(13.583)
Tributos a recuperar	(179)	(23)
Adiantamentos	(850)	(850)
Valores a restituir	293	(51)
Fornecedores	(7)	(306)
Contas a pagar a empresa ligada	44	(167)
Tributos a pagar	272	(12)
Outros passivos	(16)	(12)
Caixa gerado pelas operações	78.397	45.844
Juros pagos	-	(3.204)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.136)	(545)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	76.261	42.095
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de empréstimos a lojistas	308	558
Depósitos judiciais resgatados	324	301
Aquisições de propriedades para investimento (Nota 5)	(4.367)	(2.861)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(3.735)	(2.002)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	-	(53.661)
Juros sobre o capital próprio pagos	(48.278)	(9.050)
Recebimento (devolução) de mútuo com pessoas ligadas	(23.000)	23.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(71.278)	(39.711)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.248	382
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.167	4.785
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.415	5.167

(d) Juros sobre o capital próprio - Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas em 2021, no montante de R$ 25.364 (2020 – R$ 16.850), foram contabilizados como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais

1. Contexto operacional - A Riomar Shopping S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto a exploração comercial do empreendimento imobiliário denominado Riomar Shopping, o qual está localizado em Recife-PE, além da participação societária em empresas ou o investimento em bens móveis e imóveis ligados ao referido empreendimento.

Em meados de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou alerta de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), afetando a rotina da população e da atividade econômica global. O Empreendimento foi impactado em decorrência de restrições impostas pelos governos locais, com a paralização das atividades durante alguns meses em 2020, além de restrições no horário de funcionamento, que trouxeram impacto direto nas vendas dos lojistas e, consequentemente, nas receitas da Companhia neste período. Durante o exercício de 2021, houve redução nas restrições, e, aos poucos, as atividades operacionais retornaram aos níveis pré-pandemia.

Atualmente, a Companhia vem adotando todas as medidas possíveis para minimizar os impactos trazidos pela pandemia da COVID-19 em suas operações, atuando de forma prudente e seguindo todas as medidas sugeridas pelas autoridades sanitárias, com o objetivo principal de preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores, clientes e a população em geral.

É importante destacar que a Companhia vem cumprindo com todos os seus compromissos imediatos, não apresentando, até o momento, necessidade de captação de recursos financeiros para a manutenção de suas atividades operacionais.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 24 de março de 2022.

1.1. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") e, também, a sua moeda de apresentação.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 12.

Seção B – Riscos

2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à divulgação de valor justo e à seleção das vidas úteis de propriedades para investimento, determinação de provisões para tributos, para perdas estimadas de crédito, para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Seção C – Notas explicativas relevantes selecionadas

3. Caixa e equivalentes de caixa - O saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto por R$ 5.607 (2020 – R$ 1.966) em recursos em conta corrente e por R$ 808 (2020 – R$ 3.201) em aplicações financeiras em renda fixa. As aplicações em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas em fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro – CDI.

4. Contas a receber	2021	2020
Subcondomínio Riomar Recife (a)	2.160	1.070
Aluguéis a receber	26.427	33.685
Cessões de direito a receber – "Res sperata"	6.894	6.091
Provisão para perdas estimadas de crédito (b)	(4.224)	(5.580)
	31.257	35.266

(a) Referem-se aos valores de aluguéis e de "Res Sperata" já recebidos pelo Subcondomínio Riomar Recife, porém não repassados à Companhia até o fim do exercício. Esses valores foram repassados no início do mês subsequente.

(b) A provisão para perdas estimadas de crédito é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber, com base em análise individual de cada credor. Em 2021, a Companhia reverteu provisão no montante de R$ 1.357 (2020 – constituição de R$ 1.184).

5. Propriedades para investimento	Custo	Depreciação acumulada	2021 Líquido	2020 Líquido	Vida útil estimada (em anos)
Terrenos	18.976	-	18.976	18.976	
Edificações	606.821	(120.935)	485.886	496.079	50
Instalações e equipamentos	176.123	(151.138)	24.985	40.297	10
Móveis e utensílios	5.634	(4.705)	929	1.456	10
Outros	930	(552)	378	378	5
Adiantamentos	503	-	503	163	
	808.987	(277.330)	531.657	557.349	

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	557.349	584.485
Aquisições	4.367	2.861
Depreciação	(30.059)	(29.997)
Saldo em 31 de dezembro	531.657	557.349

Os valores acima representam a Área Bruta Locável – ABL correspondente ao empreendimento do Riomar Shopping. As aquisições de propriedades para investimento em 2021 e 2020 estão substancialmente representadas por gastos com a revitalização do empreendimento.

As vidas úteis utilizadas para fins de determinação das taxas anuais de depreciação estão baseadas em laudo de avaliação emitido por perito independente, que estimou prazo de 50 anos de vida útil para as edificações. Para a elaboração do laudo, o avaliador independente considerou o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos de comparação e taxas de vivência dos bens.

Se essas propriedades estivessem avaliadas pelo valor justo, este seria de R$ 2.238.949. A Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes realizadas entre terceiros com propriedades similares, a análise de modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e a análise de fluxos de caixa descontados, os quais não consideram os efeitos tributários, tendo em vista a experiência e o entendimento da administração de que o mercado assim avalia esses tipos de propriedades em eventuais negociações.

As propriedades para investimento são arrendadas para locatários por meio de contratos de arrendamento operacional que possuem normalmente prazo de vigência de cinco anos. Excepcionalmente podem existir contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas.

Em 2021, a Companhia faturou R$ 94.775 em aluguéis mínimos referentes aos contratos vigentes em 31 de dezembro de 2021 (2020 – R$ 70.013), cujos montantes apresentam o seguinte cronograma de renovação:

	2021	2020
Em 2021	-	5%
Em 2022	48%	52%
Em 2023	9%	8%
Após 2023	26%	16%
Indeterminado	17%	19%
Total	100%	100%

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está representado por 420.491.555 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reserva de lucros - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 2021, a administração propôs a destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no montante de R$ 10.506 (2020 - R$ 6.048), para reserva de retenção de lucros, uma vez que serão utilizados para atender investimentos de capital próprio. A constituição da reserva em 2020 foi aprovada em Assembleia de Acionistas realizada em 30 de abril de 2021. A constituição da reserva em 2021 será deliberada oportunamente em Assembleia de Acionistas que aprovará as demonstrações financeiras deste exercício.

(c) Distribuição de dividendos - Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 12% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.O estatuto da Companhia autoriza previamente a distribuição de dividendos conforme o proposto pela administração.

7. Receitas líquidas	2021	2020
Receitas de aluguéis	117.686	86.978
Receitas de "Res Sperata"	3.902	2.872
Outras receitas	33	226
Deduções – PIS, COFINS e cancelamentos	(12.246)	(8.699)
	109.375	81.377

8. Despesas administrativas - gerais	2021	2020
Gastos com a estrutura do Riomar Shopping	(21.136)	(16.219)
Baixa de contas a receber de aluguel, "Res Sperata" e adiantamentos	(16.546)	(1.635)
Compartilhamento da estrutura do Grupo (Nota 10)	(4.743)	(4.069)
Serviços prestados	(249)	(74)
Outras	(667)	(251)
	(43.341)	(22.248)

9. Imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos - Em 31 de dezembro de 2021, a taxa efetiva dos tributos difere da taxa nominal, principalmente pela dedução dos juros sobre capital próprio de R$ 25.364 (2020 – R$ 16.850); pela adição de despesas não dedutíveis para fins fiscais no valor de R$ 4.103 (2020 – R$ 1.392); pela exclusão de reversão de provisões para perdas estimadas de crédito no valor de R$ 1.357 (2020 – adição de R$ 1.184); pela reversão de provisões para contingências no valor de R$ 209 (2020 – R$ 7) e pela exclusão da diferença a maior da depreciação fiscal para a depreciação contábil, no montante de R$ 12.108 (2020 – R$ 12.085); além da redução de 30% da base tributável pelo aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referem-se à diferença temporária entre a depreciação das edificações calculada à taxa fiscal e a respectiva depreciação calculada pela sua vida útil (base contábil), conforme disposto no art. 57 da Lei nº 4.506/64 (alterada pela Lei nº 12.973/14). As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía, em seus registros fiscais, prejuízos a compensar relacionados ao imposto de renda no montante de R$ 5.221 (2020 – R$ 7.944) e bases negativas de contribuição social no montante de R$ 2.672 (2020 – R$ 5.395), ambos não reconhecidos contabilmente em função da incerteza da necessidade de utilização desses créditos nos próximos exercícios.

10. Partes relacionadas - A Companhia é parte integrante de um grupo de empresas, denominado Grupo JCPM, que atua de forma integrada e os benefícios das estruturas operacional e administrativa são atribuídos a cada empresa, segundo a razoabilidade das suas operações (Nota 8).

As contas a pagar a empresa ligada, JCPM Shopping Centers S.A., no valor de R$ 535 (2020 – R$ 491), referem-se à parcela em aberto que cabe à Companhia no compartilhamento das estruturas operacional e administrativa do grupo econômico no qual está inserida. O pessoal-chave da administração está representado pelos diretores, cuja remuneração anual paga ou provisionada corresponde ao pró-labore e aos salários e encargos, no montante de R$ 987 (2020 – R$ 800). Os salários e encargos são atribuídos à Companhia por meio de compartilhamento de despesas.

O mútuo com pessoas ligadas no montante de R$ 23.000 foi celebrado por instrumentos particulares em 18 de setembro de 2020, com anuência da totalidade dos acionistas. Tais contratos não possuem remuneração e foram completamente amortizados em junho de 2021.

11. Cobertura de seguros - A contratação do seguro está sob a responsabilidade do Subcondomínio Riomar Recife e é feita com base em programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte do empreendimento. As coberturas contratadas, no montante de R$ 1.063.837, são consideradas suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, segundo a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Seção D – Políticas contábeis

12. Resumo das principais políticas contábeis

12.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

12.2. Ativos financeiros - A Companhia classifica seus ativos financeiros como "ativos financeiros mensurados ao custo amortizado", os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem as aplicações financeiras, contas a receber, valores a restituir, adiantamentos, empréstimos a lojistas e depósitos judiciais.

Os valores a restituir referem-se a gastos realizados pela Companhia por conta de terceiros durante a construção do empreendimento, os quais, conforme definições contratuais, serão reembolsados pelos parceiros envolvidos. A Companhia espera realizar esse ativo até o final de 2022.

Os empréstimos a lojistas referem-se a valores repassados a locatários para instalação de suas lojas no empreendimento Riomar Shopping e serão ressarcidos até 2026, com encargos médios mensais correspondentes à variação do IGP-DI, acrescidos de 0,5%. Uma provisão para perdas estimadas de crédito é constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos.

12.3. Contas a receber - As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas. As contas a receber estão representadas por aluguéis e "Res Sperata" a receber auferidos no empreendimento Riomar Shopping.

12.4. Tributos a recuperar - São avaliados ao custo, atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme previsto na legislação vigente, e não excedem ao valor esperado de realização.

Referem-se a tributos federais (substancialmente imposto de renda e contribuição social) pagos a maior em exercícios anteriores e sujeitos à compensação, para os quais há processos de restituição formalizados junto à Receita Federal do Brasil e estão sendo motivo de compensação com outros tributos federais desde o início das operações do empreendimento Riomar Shopping.

12.5. Propriedades para investimento - A Companhia é proprietária de empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel não é ocupado pela Companhia e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 5.

12.6. Contas a pagar - As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

12.7. Apuração do resultado - A Companhia reconhece a receita da seguinte forma:

- As receitas de aluguéis são reconhecidas pelo método linear na demonstração do resultado durante o período contratual; e
- As receitas de "Res Sperata" são reconhecidas no momento da assinatura do contrato e são decorrentes da cessão dos direitos de integrar, participar e usufruir da estrutura técnica e organizacional do empreendimento.

As despesas administrativas gerais referem-se principalmente a gastos compartilhados relativos à parcela do uso da infraestrutura administrativa mantida pelo Grupo JCPM (Nota 10), a gastos relacionados à estrutura mantida no empreendimento para gerenciamento e monitoramento do processo de arrecadação de aluguéis, além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Companhia e estão registradas pelo regime de competência.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social são apurados com base no Lucro Real.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Riomar Shopping S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Riomar Shopping S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Riomar Shopping S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 24 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.
(atual denominação da PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes)
CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha - Contador CRC PE-020549/O-6

DIRETORIA

João Carlos Paes Mendonça - Diretor Presidente
Jaime de Queiroz Lima Filho - Diretor Vice-presidente
João Carlos Paes Mendonça Tavares de Melo - Diretor Vice-presidente
Marcelo Tavares de Melo Filho - Diretor Vice-presidente
Rafael Monteiro de Barros Guimarães - Diretor Administrativo Financeiro
Arnaldo da Costa Porto Filho - Contador - CRC/PE - 022272/O-7